

ANÁLISE AMBIENTAL: A ATUAÇÃO DO GEÓGRAFO PARA E NA SOCIEDADE

PORTO ALEGRE: A METRÓPOLE E SEU DELTA

*Dirce Maria Antunes Suertegaray **
*Neiva Otero Schãffer **

A questão-problema não é que espécie de ambiente
queremos, mas que espécie queremos de homem.

R. Sommer¹

Mãõ raro ouvimos a alegação de que a análise das
questões ambientais é tema de Ecologia, numa visão
estreita que dá a cada ciência o "direito" de assumir um
objeto de estudo e monopolizar a produção daquele conhe-
cimento.

Entendemos, no entanto, que a análise dos fenôme-
nos que dizem respeito ao ambiente, e sobretudo dos fenô-
menos de degradação que, de forma mais ou menos intensa,
interferem na vida das coletividades, deve ultrapassar os
limites da abordagem das ciências naturais e sofrer uma
investigação diversificada na área das ciências humanas.

Degradação ambiental é um processo social, bem como
a aspiração por padrões satisfatórios no ambiente natural,
que se expressa por movimentos reivindicatórios específi-
cos (movimentos ecológicos, preservacionistas, de defesa

* Professoras no Departamento de Geografia da UFRGS — Por-
to Alegre.

ambiental, etc...). E como processos sociais devem ser encarados.

Para que a Geografia Humana responda às necessidades de uma sociedade, seja qual for sua forma, deve concentrar-se diretamente nos mesmos problemas que enfrentam as pessoas todos os dias.

David M. Smith²

Desconsiderada por longo tempo, a questão ambiental só torna-se tema de debate mais amplo no final da década de 60, quando a sociedade, através de alguns segmentos, passa a questionar a qualidade de vida. Esta problemática é hoje tão relevante que ultrapassou os limites da discussão científica. Em nível internacional a ONU, através do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e desde a década passada, intensificou o debate sobre o tema, encaminhando fóruns de discussão em todo o mundo.

Frente a esta realidade, que envolve a expansão da Ecologia e dos movimentos ecológicos internacionais e nacionais é que perguntamos: caberia à Geografia ficar alheia a esta discussão? Não estariam os geógrafos, mais uma vez, deixando de enfrentar um dos problemas atuais de tão grande significado para a sociedade, como é esta crise contemporânea entre homens e ambiente? Por certo muitos dirão: de novo estão os geógrafos falando em ambientalismo e em homem abstratamente; ou, ainda: mais uma vez falam de um problema secundário, de um problema que só adquiriu expressão porque é hoje vivenciado e defendido pela classe média.

Mas, nesta questão, há certos dados a considerar. Se certos movimentos sociais conseguem mobilizar as camadas populares, como a luta pelo direito de morar, de trabalhar ou de ter acesso ao transporte e a uma escola, a luta ambiental arregimenta parcelas da população que se caracterizam por uma sensibilidade decorrente de um processo de conhecimento e que, de modo geral, são constituí-

das por pessoas que ultrapassaram o limiar da pobreza absoluta, limiar este que impõe lutas prioritárias pela sobrevivência a curto prazo. O conhecimento adquirido através de um sistema de ensino, ou não, comporta uma natureza construtiva conducente a uma reflexão crítica, ao reconhecimento do direito de expressar opiniões e de lutar por mudanças nas estruturas indesejadas. Este conhecimento reflete-se numa busca de participação permanente nas decisões que dizem respeito aos interesses da comunidade. Esta participação, se alicerçada em uma argumentação que dê credibilidade às alternativas propostas, permite a organização da sociedade civil, impondo-se, junto aos poderes formais, como um outro e maior poder, capaz de levar à conquista das mudanças intencionadas.

A consciência que emerge da apreensão desta realidade tem resultado em movimentos ecológicos, predominantemente urbanos e na sua grande maioria ligados a associações de moradores. No entanto, estes movimentos, ao promoverem uma luta pela qualidade melhor de vida, muitas vezes acabam, contraditoriamente, contribuindo para a ideologia do ar puro, do verde, do natural que, no âmbito urbano, tem favorecido a especulação imobiliária e a valorização de terras em áreas próximas às grandes cidades. Assim, o valor estético da paisagem, o ar puro, o verde, o alimento não contaminado, que deveriam ser direitos de todos, só poderão ser adquiridos por alguns, porque estão controlados pelo capital. Este encontra um mercado amplo para jogar ao consumo os sítios de lazer, os filtros e purificadores, os produtos naturais, os incentivos ao reflorestamento. E mais, usando o poder público, divulga através dos organismos oficiais de defesa ambiental, das secretarias de meio ambiente, a ideologia da "co-responsabilidade", "da solidariedade de direitos e deveres". Ao responsabilizar cada um de nós, atrai os menos avisados para uma luta inglória. A poluição produzida por um indivíduo, como efeito de sua sobrevivência diária ao longo de toda uma vida, não é capaz de alterar o padrão de um curso d'água como um curtume em um único dia. Sentir-se "responsabilizado" é buscar salvar a árvore quando a floresta está

sendo derrubada. O sistema reforça esta noção através da ideologia difundida por diversas instituições, sobretudo de ensino, que vinculam a necessidade de formação de uma mentalidade de preservação, que se daria via educação formal, pela inclusão de disciplinas, como Ecologia, no I e II graus. Trata-se mais uma vez da apropriação de uma aspiração social por melhores condições de vida travestida em preocupação oficial.

É, portanto, a reflexão crítica sobre estas características do movimento ambiental, reavaliando a participação e a conduta social, que se faz necessária. O trabalho, num arremedo de esforço em prol da coletividade, serve para manter a situação que interessa ao capital, na medida em que a pesquisa e o emprego de mecanismos de controle da degradação não se consolidam.

Se, em questões como a agrária, a demográfica, a de especulação imobiliária urbana os interesses conflitantes são de difícil mascaramento, o mesmo não ocorre com a questão ambiental.

Por isto, entendemos que nos cabe captar a contradição. Embora possamos admitir que este movimento não preocupa a grande maioria da população e que, defendido pela classe média, vem a cada dia sendo apropriado ideologicamente com o objetivo de reproduzir o capital, impõe-se desvendá-la. Captar a contradição significa efetivamente entender o que é um problema ecológico. Neste sentido acredita-se de grande valia a análise ambiental. Esta poderá, se articulada à problemática política, econômica e social, contribuir para a formação de uma sociedade melhor.

A Geografia moderna está mais preparada do que qualquer outra ciência para os estudos ecológicos numa base interdisciplinar... Ela dispõe dos métodos necessários, e o que é fundamental, de grande volume de informação científica sobre o meio e os recursos naturais, sobre o grau e formas de apropriação e utilização econômicas.

Guerassimov'

O conhecimento geográfico historicamente privilegiou a temática ambiental, pelo fato da Geografia tratar do estudo da paisagem, o ambiente ou o ambientalismo sempre esteve presente nas análises geográficas e, por extensão, o conhecimento da natureza vem fazendo parte da estrutura curricular dos cursos de Geografia. Humboldt, antes mesmo da Geografia constituir-se como um conhecimento com espaço formal e autônomo nas universidades, já se definia pelo estudo da Geografia Física. Ritter, Ratzel, Pasarge, La Blache, por exemplo, ao tratarem de questões da sociedade enfatizaram sobremaneira os aspectos naturais na construção do espaço geográfico. Foram estes geógrafos, entre outros, que edificaram a concepção hoje conhecida como ambientalista e enfatizaram conceitos clássicos na Geografia como o de paisagem ou "Pays", embora, nesta ótica, optassem por uma naturalização da ciência geográfica. Portanto, é a explicação do "porquê" e do "como" se estabelecem as relações entre sociedade e seu espaço que tem individualizado o trabalho do geógrafo. No entanto, o argumento da permanência do estudo das questões ambientais na Geografia porque "sempre foi" ou porque "está posto" não se sustenta. Sua inclusão se deve basicamente porque o problema ambiental se dá num certo espaço, numa dada sociedade. É um elemento de qualificação (ou desqualificação) desta sociedade, merecendo a investigação do geógrafo.

Para Schumacher (1) a "universalidade da crise ambiental indica a universalidade de nossas transgressões". Por este encaminhamento, o da universalidade da questão, podemos entender os processos de degradação, decorrentes do trabalho humano em um determinado espaço, como processos que se verificam em todas as sociedades, mesmo que as relações sociais em cada modo de produção impliquem em alterações mais ou menos intensas, em consequências sociais que afetem de forma diferenciada os vários segmentos da população e que põem como problematização fundamental a discussão sobre quem altera e quem sofre

a alteração e, mais ainda, sobre quem tem o poder decisório, o poder político.

A universalidade da questão ecológica, no entanto, não deverá ser motivo para atingirmos níveis de abstração excessivos. Embora reconhecendo que os problemas ambientais assolam hoje diferentes lugares, independente do sistema econômico ou ideologia vigente, cabe compreender de onde advém a poluição, quem efetivamente polui, quem sofre em maior grau esta poluição. Esta compreensão passará necessariamente pelo conhecimento da forma como se dá a apropriação da natureza pelo homem. Ao apropriar-se da natureza, para inicialmente extrair a sobrevivência, a práxis humana resultou, em nossos dias, na transformação da natureza em recurso/mercadoria. Apropriada por uma parte da sociedade, portanto de forma desigual, a natureza passa a ser superutilizada, pois sua exploração é condição não mais de sobrevivência do grupo, mas de acumulação para reprodução do capital. Esta excessiva exploração, associada a um resíduo que retorna à natureza nada ou pouco processado, acaba produzindo uma "nova natureza". A produção desta "nova natureza", que decorre do poder que tem alguns homens de modificar o ambiente e de determinar novos padrões ambientais, é muitas vezes, inadequada à sobrevivência sadia da humanidade.

A Geografia, ao incluir no rol de suas pesquisas a questão ambiental, não pode se omitir da discussão sobre o poder político e sobre a participação coletiva (a prática da cidadania) na sociedade. Se a "transgressão" é universal sua forma não é igual em todas as sociedades e a resposta deve ser buscada na perspectiva de uma comunidade. Neste sentido a Geografia, no Brasil, deve tratar a questão ambiental no contexto do capitalismo, onde as acentuadas desigualdades sociais se expressam também e fortemente, na relação do homem com seu ambiente, quando entram em conflito os mecanismos que regem a reprodução do capital com os interesses coletivos por um ambiente de razoável qualidade. A destruição do patrimônio ecológico do país não pode ser vista como isolada de procedimentos

políticos e econômicos que estão na base dos desacertos e desajustes econômicos e sociais, do desperdício do potencial do homem brasileiro em refazer seu espaço social, através de um incentivo ao ensino e à pesquisa que não se consolida.

Ainda que diversos geógrafos brasileiros tenham dado excelentes exemplos de pesquisa e de prática social participativa, envolvendo-se com as campanhas preservacionistas, emprestando seu nome e sua competência profissional à solução destas questões, aparentemente os geógrafos (e os Departamentos de Geografia) não têm encarado com a devida atenção esta opção de trabalho (e de vida).

Aprender a realidade ambiental é tarefa atinente aos geógrafos que estariam, assim, contribuindo à compreensão da sociedade. No entanto, não se tem colocado à disposição dos estudantes de Geografia todo o instrumental teórico e metodológico que os capacitaria para esta função, como se os problemas sociais, materializados sob a forma de movimentos, lutas e campanhas populares, fossem coisa "lá de fora", de um espaço externo à Universidade que, encastelada em seu cientificismo, procura esconder seu despreparo para enfrentar uma nova opção política: a de uma Universidade integrada em seu tempo e seu espaço, sensível às aspirações da sociedade na qual deveria estar permanentemente inserida.

Nenhuma vontade política, nenhuma adesão total a um projeto de sociedade, nenhum diálogo pode existir quando um povo é mantido na ignorância. O poder dos pobres está antes de tudo em seu saber. Muitas vezes justifica-se a opressão alegando-se a ignorância do povo. Sem dúvida é difícil conseguir a participação quando não se faz nenhum trabalho educacional.

Albert Tévoédjrè

A maior parte dos egressos dos cursos de Geografia "farão Geografia" nas salas de aula de I e II graus, orientando um processo educativo que, como prática social, é

político. Este processo tem uma intenção que se clarifica no momento em que o professor tenta responder a si mesmo sobre o que ensinar e como ensinar. São estas respostas que marcarão seu compromisso profissionais e social. Se a formação do aluno estiver orientada para a transformação da sociedade, numa direção de maior justiça e bem estar social, a abordagem ambiental oferece excelente alternativa de reflexão crítica.

A discussão do temário ambiental é perfeitamente válida nesta linha que vê na Geografia uma disciplina fundamental à formação do indivíduo como cidadão capaz de, através de uma participação ativa e apoiada numa reflexão crítica sobre sua realidade, tentar a constituição de uma nova sociedade. Neste sentido concordamos com a afirmação de que "o processo de mudança social não ocorre porque o professor induziu o aluno a isso. Esse processo ocorre porque a população sente necessidade disso. Claro que o professor que não escamoteia a realidade, mas ao contrário, estimula o aluno a refletir sobre seus problemas, está ajudando-o a posicionar-se mais conscientemente no mundo". (5)

Apoiar a reflexão sobre as questões que afetam a comunidade através do trabalho educacional que a Geografia, enquanto ensina, permite, é promover a tomada de decisão coletiva.

A defesa do patrimônio natural pressupõe o interesse de uma coletividade, ou parte dela, com sua manutenção. É na esfera de ação local, da participação da comunidade, que se consolida um esquema de preservação.

O delta do Jacuí, transformado em reserva ecológica Parque Delta do Jacuí, em 1979, vem apresentando rápida transformação paisagística, com degradação acelerada. O conhecimento desta problemática pode significar um subsídio aos movimentos, ainda incipientes na área da Grande Porto Alegre, que buscam manter as características que encontram-se preservadas.

Esta área, por sua interação com o espaço metropolitano da capital gaúcha, tem papel relevante para o equilíbrio ambiental. Situada a noroeste de Porto Alegre-, ocupando uma área de cerca de 11.000 ha (6.460 há só nas ilhas do Guaíba; 17.000 ha se considerarmos a área de águas) e dado às características físicas dos sedimentos que constituem as ilhas, exerce função importante na regularização do ciclo hidrológico local, sobretudo no que se refere ao período de cheias. De formação recente, as ilhas do delta decorrem de um processo de sedimentação do material transportado pelos rios Jacuí (o mais importante), Sinos, Caí e Gravataí. Estes sedimentos, constituídos principalmente por silte, argila e alguma areia fina, formam ilhas que são, em sua quase totalidade, submersíveis durante o período chuvoso na bacia daqueles rios.

Topograficamente as ilhas, apesar de suas baixas altitudes, apresentam um perfil marcado por margens mais elevadas (diques marginais ou albardões) com altitudes que variam entre 1,20 m e 1,50 m e largura de 5 m a 10 m, e áreas centrais rebaixadas e alagadas (pântanos centrais), que formam 90% da área das ilhas. Enquanto os diques marginais possuem cobertura vegetal de médio e grande porte, mantendo-se como as áreas mais secas das ilhas, as áreas centrais, com vegetação formada por espécies aquáticas e subaquáticas, representam importante paradoro no circuito migratório das aves.

As características hidrogeomorfológicas da área favorecem a presença de um lençol freático superficial que, oscilando com o nível das águas do Jacuí e Guaíba, contribui para manter úmidos os solos locais e justifica a existência, no interior das ilhas, de banhados perenes. Cada uma das 30 ilhas (19 no arquipélago do Guaíba e 11 no Baixo Jacuí) "cumpre importante papel na regularização e abrandamento das cheias. A maneira de retenção é simples. Parte da água da chuva é armazenada nas camadas sedimentares mais porosas, que constituem os terrenos deltaicos e só mais tarde estas águas retornam ao canal". (6)

Assimilando o excedente d'água que aporta ao Guaíba, as ilhas do delta desenvolvem a função de "esponja", par-

ticipando, desta forma, da regularização das cheias locais, reduzindo o avanço das águas junto as margens continentais e o risco de inundação.

A água é, no parque, o componente maior da paisagem, mas o verde se associa à água antes mesmo que se atinja o terreno firme. As características hidromorfológicas são importantes para a área metropolitana pelo efeito esponja e pelo fato de, ao dificultarem (nas terras) e ao impedirem (nas águas) a implantação urbana, permitirem a existência, no interior da grande Porto Alegre, de um espaço onde a poluição atmosférica mantém-se em níveis muito mais baixos que o centro urbano próximo. Já as características botânicas dão à área um valor ecológico (banco genético e paradoro de aves migratórias) e estético que, por si só, justificaria sua preservação.

O delta teve uma ocupação mais tardia em relação ao centro de Porto Alegre. As primeiras construções datam do início do século XIX e foram instaladas sobre os diques nas ilhas mais próximas. A ocupação tradicional nunca alterou substancialmente a área, visto que se mantiveram sempre densidades muito baixas e atividades de exploração do solo ligadas às condições físicas do ambiente. A par da pesca, atividade mais importante como ativa Colônia de Pescadores na ilha da Pintada, desenvolvia-se uma policultura para a subsistência local e para o abastecimento da população do centro da capital. Além de hortaliças e arroz as ilhas forneciam derivados da criação de bovinos (leite), suínos e aves. O corte de forrageiras, abundante nas ilhas, reforçava os itens vendidos no mercado de Porto Alegre. A presença de estaleiros, depósitos de combustíveis, de pontos de conserto e manutenção de embarcações associava-se àquelas atividades primárias. As ilhas foram importantes nesta época, para o abastecimento do núcleo urbano no continente e o rio representava ainda, recurso para lazer. Especialmente na ilha do Pavão, por sua proximidade, e na margem esquerda do Guaíba (canal dos Navegantes) estabeleceram-se clubes para a prática de esportes náuticos, sobretudo do remo.

Esta forma tradicional de ocupação do delta expressava-se na paisagem pelas habitações e equipamentos diversos. A quase inexistência de caminhos internos explicava-se pelas características dos terrenos e pelo intercâmbio intenso com o continente. A comunicação sistemática entre as ilhas e a terra firme e entre os moradores de uma mesma ilha era feita apenas pelas águas. Casas altas (palafitas) e barcos pequenos, familiares, marcavam a presença humana no delta. A circulação por água mantinha relativa equivalência de acesso e ocupação entre as ilhas. A desativação das funções tradicionais que vem se verificando resultou num primeiro momento do próprio crescimento urbano de Porto Alegre, exigindo volumes maiores de produtos alimentícios que a população nas ilhas não conseguia colocar no mercado. São abertos, por isso, centros abastecedores mais distantes, dentro da área metropolitana, e ligados por via rodoviária. Num segundo momento, mais recente, esta desativação insere-se no processo de transformação vinculado à expansão da economia agrícola gaúcha.

O final da década de 50 e os anos seguintes serão marcados pela expansão da monocultura exportadora de soja. Tal fato exigiu a ampliação da rede viária de forma a encaminhar aos portos (Porto Alegre e Rio Grande) a produção do interior. Neste contexto é aberta ao tráfego, em 1958, a BR-290, que liga Porto Alegre ao sul do estado e que através de um sistema de pontes interliga as ilhas maiores. A estrada é o marco visível das fortes transformações que se verificaram no delta, acelerando o processo de desarticulação das atividades tradicionais e encaminhando uma ocupação seletiva, na medida em que as ilhas cortadas pela rodovia terão sua população rapidamente ampliada. É o caso das ilhas do Pavão, Flores, Marinheiros e Pintada.

A rodovia (e as pontes integrantes) aproximaram as ilhas e comportaram uma nova ocupação. Ao incorporar terras à área urbanizada que são, de início, terras de baixo valor por não possuírem serviços básicos e por seu caráter inundável, a estrada permitiu o deslocamento de popula-

ções de baixa renda, em geral migrantes rurais que, vindos do interior do estado, mas sobretudo das favelas localizadas em Porto Alegre, construíram núcleos de malocas próximos à rodovia e à água.

Por outro lado a beleza paisagística e a possibilidade de transporte de materiais de construção e do acesso para o automóvel fizeram surgir, em algumas ilhas, residências de veraneio de alto padrão de construção. Malocas e casas de luxo se opõem ao ambiente e registram um uso das ilhas que ainda não ocorrera: área dormitório. Em ambos os casos as construções não se integram ao ambiente. As malocas, construídas imediatamente sobre o terreno, infringem a seus ocupantes a umidade constante e o encharcamento periódico, forçando as freqüentes retiradas para os aterros sob as pontes. As casas de veraneio, cujos habitantes, contraditoriamente, buscam um ambiente natural, representam uma agressão à área com aterros, terraplenagens, implantação de gramados e jardins com plantas exóticas e alteração das margens para construção de diques de pedra ou concreto.

Os aterros realizados nos últimos 20 anos comprometem seriamente o ciclo hídrico, reduzindo a capacidade de absorção d'água dos terrenos das ilhas. Se considerarmos que neste século foram praticamente eliminadas as matas das nascentes dos rios que afluem aos formadores da massa líquida do delta, reduzindo o tempo para que as águas das cheias cheguem à região metropolitana e aumentando o volume destas águas, se considerarmos ainda que Porto Alegre não fugiu ao processo de rápido crescimento urbano verificado no país nas últimas décadas e se atentarmos para a acentuação das desigualdades sociais, mais gritantes na cidade e que empurra para áreas fisicamente problemáticas parcelas numerosas da população, torna-se evidente a necessidade de manter a estrutura dos terrenos das ilhas para que as cheias não sejam, a cada ano, mais catastróficas.

Assim, as novas formas de ocupação da área fazem surgir um novo delta. As pequenas propriedades agrícolas

de mão-de-obra familiar, onde o título de propriedade pouco ou nada representava desaparece (mais rapidamente nas ilhas de trânsito), e em seu lugar surgem os terrenos menores, de uso residencial, de caráter urbano, de disputa do título de posse. Nos espaços aos quais o aterro (o aporte de capital) não incorporou valor, portanto não integrados ainda ao circuito da especulação imobiliária, instalaram-se os desterritorializados. Para eles o lixão. A ponte o colocou próximo à área mais densamente urbanizada e industrializada da metrópole (e maior produtora de lixo) espaços "sem valor" reduzindo os custos municipais com o transporte do depósito da coleta do serviço de limpeza urbano. Por opção técnica, à revelia dos interesses da comunidade, deposita-se lixo na ilha do Pavão. O "aterro sanitário" do delta, de forma igual ao de outras cidades do Terceiro Mundo é fonte de sobrevivência (?!) para muito dos favelados.

Hoje, nas ilhas, pode-se identificar uma nítida estratificação social, espacialmente distribuída. Habitações tradicionais e construções de alto padrão junto às margens, onde os clubes e as associações (sedes campestres e náuticas) vêm aumentando em número e desenvolvendo as atividades diversas: remo, motonáutica, esquiaquático. Piscinas substituem o rio (agora poluído) na prática da natação. No interior das ilhas, que suportam o aterro das rodovias, as favelas.

A expansão urbana vem acarretando nos últimos anos, e sobretudo após a implantação do Pólo Petroquímico gaúcho no Município de Triunfo, um aumento do tráfego pelas águas do delta, com transporte de cargas tóxicas, explosivos ou altamente contaminantes, representando um grande potencial de risco à segurança da população.

A existência de uma área como a do delta é um privilégio com que poucos aglomerados urbanos podem contar. Ao seu visual e à melhor qualidade do ar local associa-se o fato do parque ser um espaço natural botânico e zoológicamente rico e em formação, localizado praticamente às portas de duas das grandes instituições de pesquisa e

ensino superior no estado (UFRGS e PUC). O envolvimento da Universidade com o parque seguramente comportaria a elaboração de argumentos relevantes de apoio à preservação do parque e de confronto aos interesses que comprometem o futuro do delta e de sua comunidade.

A situação atual de uso do espaço do delta, e a conseqüente degradação da área, que pode se acentuar rapidamente, impõem algumas questões. O que significa, para os organismos oficiais e para a sociedade, a implantação de uma área de reserva ecológica sem que os instrumentos para seu controle e preservação sejam criados? Como se explica a presença de depósitos de lixo em áreas de reserva? O que significam socialmente a desarticulação e o êxodo de uma população para quem as ilhas têm sido o espaço de vida? Quais as conseqüências da expansão das favelas onde instalam-se migrantes alheios à realidade ambiental local? Como não ver nestes processos a apropriação da natureza pelo capital e a gradativa desterritorialização do homem?

O conhecimento dos problemas locais, através da investigação científica para a qual a Geografia pode dar significativa colaboração é um dos caminhos abertos à Universidade para que ela, efetivamente, se transforme "numa caixa de ressonância da problemática e das necessidades que está vivendo nossa sociedade, levando alguma contribuição científica séria, aprofundada, de encaminhamentos e respostas a esta problemática e a estas necessidades". (7)

Referências bibliográficas

- 1 — JOHNSTON, R. J. *Geografia e Geógrafos*. DIFEL, SP, 1986.
- 2 — SMITH, David. *Geografia Humana*. Oikos. Barcelona — 1984.
- 3 — GUERASSIMOV, I. Aspectos metodológicos da ecologização da ciência. In "A proteção do meio ambiente e a sociedade". Academia de Ciência da URSS, Moscou, 1983.
- 4 — TÉVOÉDYRÈ, Albert. *A pobreza riqueza dos povos — A transformação pela solidariedade*. Vozes, Petrópolis, 1982. 2.^a ed.

- 5 — GONÇALVES, C. W. P. Reflexões sobre Geografia e Educação: Notas para um debate. *In Terra Livre* n.º 2 — AGB — 1987.
- 6 — PMPA/SPM. Parque Estadual Delta do Jacuí. plano Básico. Anexos. 1979.
- 7 — MASETTO, Marcos. Palestra realizada durante as atividades preparatórias do Seminário sobre Ensino de Graduação na UFRGS. Porto Alegre, maio de 1987.